

ALIENAÇÃO, PERDA DO FUTURO E SOFRIMENTO PSÍQUICO-EXISTENCIAL NA ERA DA ACELERAÇÃO SOCIAL: A HIPÓTESE DO “ESGOTAMENTO SUBJETIVO” DO MODO DE VIDA CAPITALISTA

Vinícius dos Santos¹

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

 <https://orcid.org/0000-0002-0752-8663>

E-mail: viniciusdossantos@ufba.br

RESUMO:

O objetivo deste artigo é delinear as linhas de força do conceito de “esgotamento subjetivo” do modo de vida capitalista, entendido como o quadro de exacerbação das consequências psicossociais e existenciais, fundamentalmente vividas em termos patológicos, ante a conexão típica da tardo-modernidade, evidenciada por Hartmut Rosa, entre aceleração social, e a captura quase integral do tempo de vida que ela impõe, e os processos de alienação descritos por Marx como característicos do modo de produção capitalista. Em um segundo momento, com o auxílio da filosofia de Sartre, se procurará mostrar como essa relação heterônoma com o tempo, em particular com a perda da dimensão de futuro que ela acarreta, bloqueia as possibilidades de construção de um sentido existencial propriamente humano, reduzindo a vida à sobrevivência. Abre-se, assim, espaço para a proliferação de resistências de ordem patológica, cuja compreensão extrapola o plano individual, sendo melhor definidas como sintomas do social, ou como “experiências sociais negativas”. Em outros termos, defende-se que o atual estágio de desenvolvimento capitalista produz, não apenas como um fenômeno residual, mas como decorrência intrínseca de seu próprio modo de funcionamento, formas de estar no mundo que fomentam um quadro de generalização do sofrimento psíquico-existencial, notadamente a depressão.

PALAVRAS-CHAVE: Aceleração social; Alienação; Existência; Sofrimento psíquico; Subjetividade; Tempo.

ALIENATION, LOSS OF THE FUTURE, AND PSYCHIC-EXISTENTIAL SUFFERING IN THE ERA OF SOCIAL ACCELERATION: THE HYPOTHESIS OF THE “SUBJECTIVE EXHAUSTION” OF THE CAPITALIST WAY OF LIFE

ABSTRACT:

The objective of this article is to outline the core aspects of the concept of "subjective exhaustion" within the capitalist way of life, understood as the framework of exacerbated psychosocial and existential consequences, fundamentally experienced in pathological terms. This is considered in light of the typical connection of late modernity, as evidenced by Hartmut Rosa, between social acceleration and the near-total capture of lifetime it imposes, alongside the processes of alienation described by Marx as characteristic of the capitalist mode of production. In a second phase, with the aid of Sartre's philosophy, the aim is to demonstrate how this heteronomous relationship with time, particularly the loss of the future dimension it entails, blocks the possibilities for constructing a properly human existential meaning, reducing life to mere survival. This opens space for the proliferation of pathological forms of resistance, whose understanding goes beyond the individual level and is better defined as symptoms of the social or as “negative social experiences.” In other words, it is argued that the current stage of capitalist development produces, not merely as a residual phenomenon but as an intrinsic consequence of its own mode of functioning, ways of being in the world that foster a generalization of psychic-existential suffering, notably depression.

KEYWORDS: Social acceleration; Alienation; Existence; Psychological suffering; Subjectivity; Time.

¹Doutor(a) em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlo – SP, Brasil. Professor(a) do Departamento de Filosofia e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – Ba, Brasil.

Introdução

O objetivo primordial deste artigo é traçar as linhas de força elementares do conceito de “esgotamento subjetivo” do modo de vida capitalista². Trata-se de uma aposta teórica ainda incipiente, cujo desenvolvimento poderá auxiliar na construção de uma compreensão filosófica da acentuada proliferação de casos de transtornos psíquicos verificável contemporaneamente, em particular em países economicamente periféricos como o Brasil. Para cumprir essa tarefa, será traçado um entrecruzamento teórico-metodológico, já consagrado desde o século XX, entre a filosofia social de inspiração marxista e o existencialismo e a fenomenologia, notadamente a partir de Sartre.

Preliminarmente, “esgotamento subjetivo” refere-se ao quadro de exacerbação das consequências psicossociais e existenciais, fundamentalmente vividas em termos patológicos, ante a conexão típica da tardo-modernidade, evidenciada por Hartmut Rosa (cf. Rosa, 2019; 2022), entre a lógica de *aceleração social*, e a captura quase integral do tempo de vida que ela impõe, estabelecendo uma relação especificamente heterônoma e empobrecida dos indivíduos, em especial aqueles das classes trabalhadoras e subalternizadas, em relação ao tempo (tanto sua própria temporalização psicofísica, ou seja, seu tempo de vida, quanto o tempo social), e os processos de *alienação* (*Entfremdung*) destes mesmos indivíduos em relação a eles próprios, sua vida e seu mundo, tal como inicialmente descritos por Marx como característicos do modo de produção capitalista (cf. Marx, 2004, p. 79 e ss.).

Uma das consequências deste agenciamento, para o que mais interessa aqui, diz respeito especificamente à relação dos sujeitos com o futuro. Pois, como nota Rosa, (cf. 2022, p. 58-9), aquele processo desemboca na perda ou na ausência de futuro enquanto dimensão qualitativamente superior, isto é, não redutível à mera repetição ou a um eterno retorno do mesmo. Ocorre que, conforme defende o existencialismo de Sartre, é nesta capacidade de projetar o futuro como aquilo-que-ainda-não-é que o próprio sentido existencial do presente (e da vida como um todo), para além da mera sobrevivência orgânica, pode ser (ou não) construído. Logo, se essa dimensão escapa, é razoável supor que este déficit origine algum tipo de resistência que, por sua vez, se efetive na forma de algum tipo de sofrimento psíquico-existencial. É este ponto, a nosso ver, que pode iluminar o atual cenário de agravamento de patologias dessa ordem, em especial aquelas que dizem respeito a alguma relação distorcida ou dessincronizada com o próprio tempo, como o caso da depressão.

Adentrar nos meandros desta trama conceitual é o núcleo da aposta teórica que, desde a noção de esgotamento subjetivo, se esboça neste artigo.

I

A pergunta de fundo que mobiliza este texto pode ser formulada nos seguintes termos: há alguma relação entre a crescente proliferação de casos de adoecimento psíquico, com destaque para a depressão, e o modo de vida contemporâneo? Quer dizer, pode-se pensar que o atual estágio de desenvolvimento capitalista (assim chamado tardo-moderno ou neoliberal), especialmente no contexto de um país como o nosso, produz, como decorrência intrínseca de seu próprio modo de

² O que aqui se chama de “esgotamento subjetivo” pode ser compreendido complementarmente ao que se poderia classificar como “esgotamento objetivo” das condições de vida em nosso planeta, materializado pelas mudanças climáticas cuja causa, como resta provado, se encontra nos processos de industrialização capitalista dos últimos séculos. Nesse sentido, o exaurimento dos recursos naturais e as modificações na temperatura global são, tanto quanto a dimensão “subjetiva” da insustentabilidade do nosso *Lebensweise*, resultantes da profunda alienação em relação às nossas ações que, segundo Marx, caracterizam a modernidade. Não é ação humana em abstrato que condena nossa permanência na Terra, mas é a ação humana voltada para a exploração da natureza com vistas ao lucro, e não à racionalidade e ao bem estar de todas as espécies.

funcionamento (ou seja, não apenas como um fenômeno residual), formas de estar no mundo que fomentam um quadro de generalização do sofrimento psíquico-existencial?

Se esta pergunta tem razão de ser, uma patologia como a depressão, por exemplo, não pode ser filosoficamente lida apenas à luz de caracteres ontogenéticos dos indivíduos adoecidos, mas sim como uma “patologia *do social*” (cf. Dunker, 2024, p. 125-30; Kehl, 2015, p. 273-99). Mais precisamente, como paradigma de uma *experiência social negativa* (cf. Silva et al., 2024, p. 07 e ss.), isto é, uma experiência de sofrimento mediadora entre eventuais disposições singulares do indivíduo (seja de ordem bioquímica e/ou biográfica) e uma estrutura social que a produz enquanto um dos sintomas modelares de sua própria lógica operativa.

Se é assim, quer dizer, se se trata de compreender a proliferação de distúrbios psíquicos como eventuais sintomas de um modo de vida social intrinsecamente produtor de sofrimentos dessa natureza, convém iniciar justamente pela reconstrução dos contornos deste *Lebensweise*. Mais especificamente, como ele impõe uma relação com o tempo que embasaria a conjectura teórica aqui proposta.

Para Marx, vale lembrar, o sucesso da reprodução capitalista é inteiramente tributário de um rígido (mas frequentemente oculto) controle sobre a variável tempo. Como esclarece Moishe Postone, dado que a riqueza capitalista encontra-se vinculada à produção de *valor*, e não à riqueza material propriamente dita (cf. 2014, p. 217 e ss.), e que o valor é resultante de um mecanismo social quantitativamente determinado, isto é, o “tempo socialmente necessário” à produção de uma mercadoria (Marx, 1988, p. 52), só pode haver “valorização do valor”, ou expansão do capital, se houver uma subsunção total do tempo - isto é, da forma como ele é *posto* (*gesetzt*) socialmente - à lógica de sua reprodução ampliada. Isto é o que está em questão quando Marx trata das formas interligadas de extração do mais-valor, absoluta e relativa, cerne de sua teoria econômica.

Como ainda nota Postone (cf. Postone, 2014, p. 236 e ss.), um dos alicerces que permitiram a emergência e a consolidação das relações sociais de produção capitalistas foi precisamente uma modificação substancial na forma socialmente hegemônica de mensuração e, consequentemente, percepção e experiência do tempo. Trata-se da efetivação social do que o autor denomina de *tempo abstrato*, correlato necessário da primazia do *trabalho abstrato* produtor de valores de troca (cf. Marx, 1988, p. 49 e ss.; Postone, 2014, p. 147-215; Santos, 2021, p. 31-40), caracterizado por seu caráter homogêneo, linear, uniforme e desacoplado de acontecimentos concretos (naturais e/ou sociais). A modernidade consagra o império do “tempo dos relógios”, formal, matemático, esvaziado de conteúdos.

É fato que, em paralelo ao tempo abstrato, e dado que a expansão do valor é indissociável da permanente revolução técnica e tecnológica através da qual o tempo socialmente necessário é potencialmente reduzido *ad infinitum* (a lógica de extração da mais-valia relativa), cada novo parâmetro tecnológico estabelece uma mudança qualitativa na produção de mercadorias, portanto, uma nova temporalidade histórica concreta, que se vincula à percepção de um progresso contínuo, no qual passado, presente e futuro agora aparecem como instâncias heterogêneas entre si³. É essa dialética entre as duas formas de temporalidade que, para Postone - a quem acompanhamos até aqui - marcam a diferença específica do modo capitalista de gestão do tempo (cf. Postone, 2014, p. 329-353).

Desse modo, pode-se dizer que a dinâmica do tempo concreto, isto é, a revolução permanente que o capital promove nas formas e parâmetros de produção e acumulação de riqueza e, por consequência, no conjunto de todas as relações sociais e privadas, sustenta o domínio do tempo abstrato sobre nosso modo de ser no mundo. Em outras palavras, o modo pelo qual se lida

³ Tome-se como exemplo a comunicação via carta, posteriormente substituída pelo telefone, pelo e-mail e pelos aplicativos de mensagem.

com o tempo passa a ocorrer quase que exclusivamente a partir da precisão matemática do relógio, e não mais, ou quase nunca, também a partir de nossos ciclos vitais ou dos acontecimentos concretos da vida, das experiências efetivas de mundo ligadas, em última análise, ao que Sartre classificaria como sendo o processo de temporalização singular de cada sujeito (cf. Sartre, 2007, p. 185 e ss.). Subsumido à lógica de expansão do valor, o indivíduo se adequa à frieza do relógio, do calendário, jamais o contrário: uma verdadeira *inversão* entre sujeito e objeto.

Nas últimas, porém, essa modificação substancial foi intensificada a partir da transformação do capitalismo pela dinâmica neoliberal ou, como prefere Hartmut Rosa, tardo-moderna. Se, como diz este autor, toda a modernidade ocidental é marcada pela *aceleração* da realidade (cf. Rosa, 2019, p. 44), os avanços técnicos e tecnológicos a partir da segunda metade do século XX, mormente no campo das comunicações, do transporte e da produção (cf. Rosa, 2022, p. 20-2), e reforçados neste primeiro quartel do XXI, associados a um repertório ideológico-cultural definitivamente catapultado pelo advento e universalização da internet, particularmente das redes sociais, tornou aquela aceleração ainda mais desenfreada. Agora, observa Rosa, as mudanças sociais, culturais, tecnológicas etc., não se dão mais no curso entre-gerações, mas intra-geracionalmente (cf. Rosa, 2022, p. 66). Todo escopo de vida atravessado pelos meios digitais se tornou mais intenso e urgente, as demandas pelo novo se tornaram mais acentuadas, as métricas de produtividade incessante e de maximização do desempenho em todas as esferas tornaram-se os novos imperativos morais. Logo, como não poderia deixar de ser, todas as dinâmicas de subjetivação foram afetadas.

II

Cumprir esclarecer esta tese. Conforme Rosa, o núcleo da ideia de aceleração é a possibilidade de se fazer mais coisas do que se fazia anteriormente em uma mesma unidade de tempo abstrato (uma hora, um dia, um mês etc.). É a compressão das tarefas e obrigações cotidianas em unidades de tempo cada vez menores, que simultaneamente abre espaço para que novas tarefas e obrigações sejam incorporadas no tempo liberado, que enseja a percepção subjetiva de que o tempo está se acelerando, ou seja, de que o “ritmo de vida” está mais apressado (embora, por óbvio, cada unidade de “tempo abstrato” permaneça sempre idêntica a si mesma).

Tal percepção, porém, quando bem observada, denuncia uma aparente contradição. De um lado, é legítimo afirmar que a aceleração é fruto da própria lógica subjacente ao desenrolar do tempo concreto nos termos assinalados por Postone, isto é, como história marcada pelos avanços técnicos e tecnológicos, pela ampliação do conhecimento e domínio sobre os processos naturais externos e internos, ou, o que vem a ser o mesmo, pela libertação crescente do ser humano em relação às limitações de sua facticidade corporal, física e biológica. De modo geral, o sentido aparente desse desenvolvimento seria o de nos permitir fazer mais coisas, de melhor qualidade, com menor dispêndio de tempo e energia.

Sendo assim, tudo levaria a crer que o avanço tecnológico deveria proporcionar uma crescente quantidade de tempo livre. Afinal, se, por exemplo, para cumprir uma obrigação como pagar uma conta, eu não preciso mais me deslocar até uma agência bancária, ir até um caixa eletrônico ou esperar em uma fila etc., mas posso fazê-lo em poucos toques em meu celular, seria de se acreditar que eu “ganhei tempo”. Quer dizer, “se aceitamos que o ‘ritmo de vida’ se refere à velocidade e à compressão de ações e experiências da vida cotidiana [...], a aceleração tecnológica deveria logicamente implicar um *aumento* no tempo livre, que por sua vez *diminuiria* o ritmo da vida ou ao menos eliminaria ou aliviaria a fome de tempo” (Rosa, 2022, p. 30-31).

Contudo, é exatamente isso o que não ocorre. Hoje parece dificilmente refutável a sensação de que somos cada vez mais reféns de uma temporalidade radicalmente heterônoma, já

amplamente dissonante do respeito à dinâmica de nossos ciclos vitais mais elementares (sono/vigília, alimentação/digestão, ciclo reprodutivo feminino etc.), e que domina nossa vida através de uma infindável lista de obrigações, deveres ou necessidades, prazos e metas que não são propriamente *escolhidas* por nós, mas que ainda assim precisam ser satisfeitas em espaços de tempo cada vez mais curtos, sob pena de, pela concorrência generalizada amplificada na atual quadra histórica (cf. Rosa, 2022, p. 36-40), sucumbirmos socialmente. Se há algum tempo disponível, lembra o teórico alemão, ele logo será preenchido com alguma incumbência incontornável, pois é preciso potencializar o desempenho, produzir sempre mais, melhor e mais rapidamente, para não perecer na dinâmica da competição universal - o anverso necessário da escassez crescente de recursos econômicos típicas do modo de produção capitalista (cf. Sartre, 1985, p. 234 e ss.), e majorada pela lógica neoliberal.

Em face disso, e aprofundando a proposta de Rosa (cf. 2022, p. 122-44), pode-se afirmar que ocorre hoje uma intensificação do fenômeno da alienação inicialmente descrito por Marx. Pois, se é preciso fazer cada vez mais coisas, cumprir, num tempo cada vez mais exíguo, um crescente número de obrigações, tarefas e prazos que não são manifestações de nossa vontade autônoma, mas são impostas por uma estrutura alheia de dominação impessoal (Postone) ou serial (Sartre), isso se deve ao fato de que há pouco ou nenhum controle sobre os processos sociais aos quais nos encontramos submetidos.

Desse modo, fazemos muitas coisas que não queremos fazer, somos convocados a “performar” a todo momento, a produzir mais, a nos esforçar diuturnamente para melhorar o desempenho em todas as dimensões da vida (do trabalho à vida sexual, passando pelos hobbies e pelas relações familiares), pois é impreterível navegar na inércia desse modo de viver permanentemente competitivo, e abrir mão de quase todo tempo de vida, e dos modos múltiplos de usufruí-lo, para “não sermos deixados para trás” - o que significa dizer: para tentar manter empregos, posições sociais, relacionamentos, reconhecimentos público e/ou privados etc., ou mesmo para simplesmente sobreviver ou cuidar dos nossos. Para quem não consegue acompanhar este frenesi, o diagnóstico é um só, estritamente individualizado e amplamente patologizante em termos psíquico-existenciais: “fracassado”, *loser*. Fomenta-se, assim, o solo para que a interiorização (e consequente re-exteriorização) deste estereótipo na forma de um distúrbio psíquico se materialize.

III

Antes de avançar, e dada a polissemia do termo alienação ou estranhamento (*Entfremdung*), convém abrir um parêntese e esclarecer a interpretação desse conceito em Marx (cf. 2004, p. 79 e ss.). Em linhas gerais, a ideia marxiana de alienação aponta para uma perda da dimensão objetiva, concreta, da existência humana (cf. Santos, 2021, p. 40-6), a formação de um abstrato ser “sem objeto”⁴, porquanto a lógica capitalista reduz objetivamente o indivíduo à sua dimensão de ser-trabalhador, ou de ser-para-o-mercado, deflacionando sua multidimensionalidade em favor da unilateralidade de “possuidor de uma mercadoria” (cf. Marx, 1988, p. 79-80). De fato, o capital forma indivíduos abstratos, desenraizados, “desligados” do mundo (cf. Barata, 2020), pois incapazes de se *apropriarem* concretamente de sua vida (pública e privada), isto é, serem sujeitos no sentido forte do termo (cf. Jaeggi, 2014, p. 32 e ss.). Isto, convém sublinhar, não por algum tipo de carência ou deficiência pessoal, mas por conta da estrutura social

⁴ “Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser natural, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu objeto, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo. Um ser não-objetivo é um não-ser” (Marx, 2004, p. 127).

que medeia sua formação, que não fornece os meios (materiais, culturais, simbólicos) para efetivarem aquela apropriação.

O que se entrevê aqui é que essa impossibilidade de “tomar as rédeas” do próprio existir, isto é, no limite, de conferir autonomamente a ele um *sentido propriamente humano* (quer dizer, enquanto superação da facticidade bruta e da mera sobrevivência orgânica), encontra na impossibilidade de controle ou de usufruto do próprio tempo de vida uma primeira condição elementar.

Em *Salário, preço e lucro*, Marx dizia que “o tempo é o espaço do desenvolvimento humano” (Marx, 2010, p. 130). Contudo, é exatamente este “espaço” que se perde crescentemente, na medida em que nosso tempo se encontra quase que inteiramente confiscado por determinações heterônomas, colonizado por uma racionalidade alheia às necessidades e ao bem-estar humanos. Com efeito, se não posso ser sujeito de meu próprio existir, se não posso me apoderar daquilo que é mais intimamente *meu*, que é de meu tempo de vida, porque estou submetido ao tempo de um outro, encontro-me rebaixado a uma esfera de desumanização. Como ainda assinala Marx, alguém

cuja vida – afora as interrupções puramente físicas, do sono, das refeições etc. – esteja toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destruída e brutalizada intelectualmente, para produzir riqueza para outrem (Marx, 2010, p. 130)

A dominação capitalista, nesse sentido, é indissociável da dominação sobre o tempo de vida dos indivíduos, em particular daqueles desfavorecidos ou oprimidos socialmente: a imposição hegemônica do tempo abstrato (social), fonte da mais-valia, sobre o tempo concreto de nosso existir.

Essa profunda alienação enseja uma condição que tem se mostrado existencialmente insustentável. É o substrato do que classificamos como *esgotamento subjetivo do modo de produção capitalista*, quer dizer, a sensação difusa de estafa crônica resultante da maneira pela qual contemporaneamente se vivencia o mundo e as relações humanas, aí incluso a própria relação do sujeito consigo mesmo. De fato, a aceleração do ritmo de vida, combinada à lógica da performance e da produtividade permanentes a ela subjacentes (cf. Ehrenberg, 2010; Han, 2017; Dardot e Laval, 2009), frustra assiduamente perspectivas, projetos, aspirações e sonhos. Diante da inexorável falta de tempo e do assédio para nos mantermos socialmente ativos, nos enclausuramos na imediatez de um aqui-agora tornado absoluto (cf. Lipovetsky, 2005), numa “compressão coercitiva do presente” (cf. Fischbach, 2011, p. 81-6). Vive-se uma corrida em círculos, ou numa espiral na qual a única variável que avança são os números no calendário. Os dias passam, os anos passam, mas sentimos que “não saímos do lugar”, não nos “realizamos”. Quer dizer, “as coisas mudam, mas não se desenvolvem, não vão ‘para lugar nenhum’” (Rosa, 2022, p. 59). O dinheiro segue insuficiente, os projetos pessoais são sempre adiados, mais uma nova necessidade é criada por alguma nova mercadoria supostamente inovadora e imprescindível, uma urgência sempre aparece etc. Se, por um lado, a aceleração elimina qualquer traço de estabilidade e confiabilidade no presente (por conta das mudanças em caráter intra-geracional referidas anteriormente), comprimindo-o ao máximo (cf. Rosa, 2022, p. 24), por outro, lança-nos numa espécie de presente sem fim, ou de eterno retorno do mesmo, pois, tudo se passa como se acelerássemos o passo numa esteira. Logo, obviamente permanecemos no mesmo lugar, apenas mais cansados e desorientados⁵.

⁵ Ao mesmo tempo, na coerção desse presente comprimido, anverso da aceleração, não somos capazes de ter experiência (*Ehrfahrung*) de nada. Pessoas, situações, relações são apenas episódios passageiros, sem conexão entre si, sem densidade ou profundidade. Como denuncia Kehl (cf. 2015, p. 153 e ss.), ecoando Walter Benjamin, as experiências significativas (*Ehrfarungen*) são anuladas pela multiplicidade de vivências rasas e efêmeras (*Erlebnisse*), as únicas para as quais dispomos de algum tempo. É a era do individualismo exacerbado, dos afetos estranhados, da perda do inescapável sentido social de nosso ser (cf. Santos, 2021,

IV

Uma segunda consequência do que foi apresentado anteriormente é que a colonização do tempo de vida se complementa com uma perda ou ausência de futuro enquanto aspiração a algo qualitativamente superior, que motivaria e, em alguma medida, poderia justificar certo tipo de sacrifício presente. Este é o ponto em que, em nosso entendimento, o quadro esboçado nas seções anteriores permite entrever uma chave interpretativa para a generalização do sofrimento psíquico que caracteriza a tardo-modernidade.

Para avançar aqui, a mediação do existencialismo de Sartre se revela extremamente pertinente. Pois, sem o compromisso de adentrar nos meandros de seu pensamento, Sartre é quem melhor evidencia que o existir humano é um processo de livre individuação, no qual projeto-me em direção ao futuro que, abrindo um leque de *possíveis* postos desde minha *situação* particular, ilumina e confere um sentido a meu presente (cf. Sartre, 2007, p. 164). Existir, segundo o filósofo francês, é transcender a condição dada rumo aos possíveis que são *meus* possíveis e, portanto, modelam meu ser no mundo, perfazem minha *ipseidade* e *meu* tempo psicofísico. Numa palavra, delineiam meu *projeto existencial*.

Ocorre que, se a heteronomia da aceleração social, enquanto alienação radical do sujeito, circunscreve-o a um estado de presente contraído, sem maior grau de estabilidade e previsibilidade, no qual sua luta diuturna é pela simples sobrevivência, a própria dimensão de futuro praticamente se esvai.

Na *Crítica da razão dialética*, Sartre defende que “a sociedade se apresenta a cada um como uma *perspectiva de futuro*, e que esse futuro penetra no íntimo de cada um como uma motivação real de suas condutas” (Sartre, 1985, p. 79). Mas, diante do cenário exposto, meu “projeto”, enquanto “vida orientada” (cf. Sartre, 1985, p. 87), perde seu propósito essencial (minha livre auto-constituição subjetiva), recaindo na mais rasteira imediatez do dado bruto, na medida em que também meus possíveis são possíveis crescentemente alienados, e em que o viver se reduz à tarefa de se manter vivo. Afinal, qual pode ser o centro de gravidade de quase qualquer projeto existencial hoje, se todo tempo disponível é confiscado pelo trabalho e sua lógica estranhada de expansão do capital, se nos encontramos crescentemente presos à mera exigência de sobreviver organicamente, restritos à dimensão imanente de nossa facticidade, enquanto disputamos uns com os outros as socialmente escassas possibilidades de “transcendência”, de “realização” (rica, humana) legadas para a maioria?

Com efeito, viver sem poder efetivamente (e não apenas enquanto condição ontológica irreduzível) projetar um futuro como algo melhor e que pode ser realizado em alguma medida - e não como um horizonte que nunca se aproxima - é esvaziar a existência presente de sentido, é lançá-la na mais absoluta e insuportável contingência. Consequentemente pode-se afirmar, na resolução estritamente patológica do inevitável conflito entre desejo e satisfação, vazio e plenitude, que nos atravessa.

Em outras palavras, é essa perda de uma *perspectiva de um futuro* palpável para a maioria das pessoas, que é uma perda de si mesmo enquanto possibilidade de vir-a-ser, ou seja, o rebaixamento do indivíduo a um “não-poder-ser nada” além de um corpo físico em busca de sobrevivência, a formação de uma subjetividade exaurida de concretude, que estrutura o quadro de *esgotamento subjetivo* que procuramos tematizar. Assim, o que se sustenta aqui é que essa perda

p. 82 e ss.; 217 e ss.), sem o qual é impossível suportar nosso existir e dar a ele uma significação rica e propriamente humana (cf. Lukács, 1960, p. 83). A vida alienada produzida pela tardo-modernidade, porém, é aquela da fugacidade e da banalidade, da erosão dos compromissos sociais e pessoais, da glorificação da ignorância e da superficialidade “instagramável” - o aprisionamento na instantaneidade sem transcendência, sem comunidade, o desligamento ou abandono da densidade do mundo, da concretude de uma experiência substancial de nós mesmos e dos outros.

do significado das ações presentes, em face de um futuro que surge como “mais do mesmo”, pode se revelar como uma fecunda chave para se compreender o atual cenário de sofrimento psíquico generalizado como um fenômeno oriundo de certa forma do social, e a depressão, em particular, como exemplo de uma experiência social negativa.

V

A tese do esgotamento subjetivo pode ser referenciada a partir dos crescentes diagnósticos de doenças psíquicas que acometem nossa sociedade - e da qual o Brasil é um caso tristemente ilustrativo, mormente devido ao nosso cenário social de profunda desigualdade e violência (física, moral, simbólica). Não obstante outras variáveis que ajudam a compreender este cenário⁶, fato é que mais e mais pessoas se encontram hoje psiquicamente enfermas. A OMS declarou a depressão como o mal do século (cf. Dunker, 2024, p. 130-1). A ela, somam-se enfermidades psiquiátricas como transtornos de ansiedade, *burnout*, dentre outros, enquanto indicativos, a nosso ver, do caráter subjetivamente intolerável do atual modo de viver.

Apenas a título de ilustração - o máximo possível que se pode avançar neste artigo - fiquemos com o paradigma da *depressão*. É curioso notar, como destacam alguns pesquisadores do tema, que a depressão jamais figurou no contexto dos estudos de autores como Freud, Jung, Adler, Lacan etc., como uma patologia autônoma. Pelo contrário, nos poucos momentos em que é mencionada, surge como um subgênero de formas como o luto e, sobretudo, a melancolia. No entanto, a partir dos anos 1970 - justamente o momento de transição do “capitalismo administrado” e do Estado de bem-estar social para o neoliberalismo tardo-moderno - a depressão torna-se a “Rainha das formas do patológico” (Dunker, 2024, p. 106), sendo crescentemente diagnosticada e tratada por via clínica e medicamentosa.

Um olhar atento pode esclarecer que essa cronologia não é casual. Primeiramente, convém observar que a emergência do neoliberalismo representa a assunção de uma inédita “hipertrofia do mercado” (Santos, 2021, p. 109), quer dizer, um processo de mercantilização universal, que se desdobra na colonização do público (e da vida em geral) por uma nova forma de racionalidade disposta a fazer do mercado o princípio máximo de governo de si e da sociedade (cf. Dardot e Laval, 2009, p. 21). Como consequência, o neoliberalismo fragmenta o tecido social de maneira igualmente inédita, estabelecendo “um deslocamento completo do centro gravitacional da vida social, que deixa o plano das relações sociais para o âmbito das escolhas subjetivas dos indivíduos, sem qualquer implicação ética ou política, indiferente a qualquer desdobramento intersubjetivo” (Santos, 2021, p. 108). Neste contexto, a exacerbação do individualismo - resultante necessário daquele deslocamento, e expressa na narrativa ideológica do “sujeito empreendedor de si mesmo” (cf. Dardot e Laval, 2009), e na individualização radical da culpa e do fracasso, com base na ideologia do mérito -, casa-se perfeitamente com o afloramento da depressão enquanto referência das doenças de ordem psiquiátrica dessa era.

Primeiro porque, como assinala Dunker, a depressão é um sintoma “egossintônico” (cf. Dunker, 2024, p. 54), isto é, uma patologia na qual o sintoma torna-se parte do próprio sujeito, expressão de sua personalidade. O depressivo é aquele que assume a “ruína pessoal” - quer dizer, a inadequação aos ditames da racionalidade social tardo-moderna - como parte constitutiva de seu ser.

Mas, não é apenas isso. Mais importante aqui é demarcar que a *vivência* da depressão se revela como uma espécie de renúncia patológica à ordem do mundo desde uma relação desajustada com o tempo socialmente hegemônico. Em outras palavras, o estado depressivo pode ser compreendido como um modo de ser do indivíduo (cf. Teixeira, 2006) essencialmente

⁶ Aprimoramento nos diagnósticos, políticas mobilizadas pela indústria farmacêutica de medicalização da vida etc.

caracterizado por uma “dessincronização” entre o tempo psicofísico do sujeito e o tempo do mundo (cf. Castro, 2021, p. 201 e ss.).

De fato, a realidade humana pode ser entendida pela intersecção de dois processos de temporalização, ou duas formas de vivência do tempo dialeticamente interligadas. De um lado, a facticidade corporal impõe uma dinâmica temporal não estritamente linear, mas cíclica e espiralada: ciclos vitais (nutrição/digestão), ciclo homeostático, ciclo circadiano, ciclo reprodutivo feminino etc., que se desdobram numa assimetria temporal subjacente (processo de envelhecimento físico). De outro, aquilo que, a partir de Sartre (cf. 2007, p. 165-84), pode-se entender como o movimento de temporalização psíquica enquanto um fluxo de consciência linear: ser meu passado enquanto o-que-não-sou-mais e meu futuro enquanto o-que-não-sou-ainda. A relação do sujeito com o mundo é uma relação na qual a dialética de sua dupla dimensão temporal se articula também dialeticamente com uma dimensão temporal potencialmente unívoca estabelecida na vida social presente - a já citada hegemonia social do “tempo abstrato”.

Contudo, conforme aponta Castro, baseado nos estudos de psicopatologia de Thomas Fuchs (cf. 2006; 2010), a vivência depressiva se caracteriza por um impasse entre o tempo circular e o tempo linear, no qual não apenas processos fisiológicos são afetados (distúrbios de sono, de níveis hormonais, apetite, libido etc.) , mas também o vínculo com o próprio tempo intersubjetivo ou social fica comprometido. Uma pessoa deprimida recorrentemente tem dificuldades para acordar no horário necessário, cumprir obrigações sociais e vivem com a percepção de abandono e esquecimento (cf. Castro, 2021, p. 210). Porque incapaz de compartilhar o próprio tempo, o deprimido cai “diante do domínio do tempo linear”, no qual ele “não é mais experimentado ciclicamente, [mas] tende a ser experienciado como uma sucessão vazia, uma sequência homogênea de momentos indiferentes que se desenrolam uniformemente” (Castro, 2021, p. 211). A homologia com a própria forma como o tempo surge na era da aceleração social, tal como apresentado anteriormente, é nítida. Assim, a vivência depressiva promove uma “inibição frente ao Outro” (não apenas em relação a indivíduos particulares, mas ao conjunto da sociedade), que dificulta ou impossibilita a partilha dos afetos porque a própria relação do sujeito consigo mesmo está intimamente prejudicada.

Com efeito, o estado depressivo, ao contrário do ansiogênico, se manifesta justamente na forma de um freio ou de uma desaceleração do sujeito em relação às imposições do mundo, aí incluso dos demais indivíduos (cf. Rosa, 2022, p. 144). Sendo assim, e para além de questões neuroquímicas, de contextos e experiências individuais que obviamente compõem o quadro de qualquer patologia dessa estirpe, não surpreende que os casos depressivos tenham se intensificado precisamente a partir do momento em que a aceleração social capitalista, e tudo o que ela acarreta, conforme assinalado anteriormente, se acentuou.

Em outros termos, enquanto patologia resultante da trama social, ou como uma “experiência social negativa”, ela exprime a incompatibilidade do existir humano e a dinâmica do darwinismo social próprio ao capitalismo neoliberal, incapaz de assegurar ao conjunto da população algum futuro que desse mínima razão ao delírio presente - um parâmetro de boa vida, de satisfação ou realização pessoal para além da mediação reificada que conecta “sucesso” e dinheiro, por exemplo.

Em resumo, a depressão pode ser lida como uma forma de sofrimento psicossomática, ou um modo de estar no mundo, que ao dessincronizar o tempo do sujeito do tempo acelerado do mundo (e do modo como este tempo se impõe sobre seu próprio tempo orgânico), marca uma resistência ou uma recusa (ainda que patológica) à vida *sem sentido humano e sem perspectivas* promovida pelo capital em sua fase hodierna, uma manifestação sintomática de esgotamento desse modo de conduzir nossa existência, no qual o sequestro integral do tempo de vida presente é premiado com o mesmo sequestro do futuro.

Considerações finais

Conforme indicado no início, a proposta deste artigo foi menos a de fixar conclusões, e mais de esboçar um panorama geral daquilo que pode ser classificado como “esgotamento subjetivo” do modo de vida capitalista, enfatizando o modo pelo qual esta hipótese pode auxiliar na compreensão filosófica de alguns fenômenos recorrentes neste século, em particular, a generalização de casos de diagnósticos psiquiátricos como a depressão.

O intuito, assim, foi esboçar uma chave interpretativa para a proliferação dessas ocorrências, lidas, em larga medida, como um dos indícios mais dramáticos, do ponto de vista das implicações subjetivas, da insustentabilidade de uma forma de vida que impõe uma captura integral de nosso tempo em nome da competição permanente como norma social, e dos princípios de desempenho e performance como parâmetros morais, e exclui aqueles que não se adequam a essa lógica com o rótulo de “perdedores”. Mais ainda, como um modo de organização social que, neste mesmo diapasão, sequestra as possibilidades de futuro para a maioria, e bloqueia concretamente as próprias possibilidades de criar um sentido propriamente humano para nosso estar-no-mundo, reduzindo o viver ao mero sobreviver.

Referências

- BARATA, André. O desligamento do mundo e a questão do humano. Lisboa: Documenta, 2020.
- CASTRO, Fabio Caprio Leite de. *Fenomenologia da depressão – aspectos constitutivos da vivência depressiva*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; NAU Editora; Lisboa: Editora Sistema Solar, 2021.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde – essai sur la société néolibérale*. Paris: Éditions La Découverte, 2009.
- DUNKER, Christian. *Uma biografia da depressão*. 5ª edição. São Paulo: Planeta, 2024.
- EHRENBERG, Alain. *O culto da performance*. Trad. Pedro F. Bendassolli. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.
- FISCHBACH, Franck. *La privation du monde – temps, espace, capital*. Paris: Vrin, 2011.
- FUCHS, Thomas. Implicit and Explicit Temporality. In: *Philosophy, Psychiatry and Psychology*, vol. 12, n° 3, p. 195-8, 2006.
- FUCHS, Thomas. Temporality and psychopathology. In: *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, vol. 12, n° 1, p. 75-104, 2010.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. 2ª edição ampliada. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.
- JAEGGI, Rahel. *Alienation*. Trans. Frederick Neuhouser & Alan E. Smith. NY: Columbia University Press, 2014.
- KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão – a atualidade das depressões*. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio – ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch. Apresentação Juremir Machado da Silva. Barueri: Manole, 2005.
- LUKÁCS, Georg. *Existentialisme ou marxisme?* Trad. E. Kelemen. 2ª edição. Paris: Les Éditions Nagel, 1960.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Livro Primeiro. Volume I. In: Col. Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª edição. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. 2ª edição. Revisão Geraldo Martins de Azevedo Filho. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social – uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Trad. Amilton Reis & Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ROSA, Hartmut. *Aceleração – a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. Trad. Rafael H. Silveira. Revisão técnica João Lucas Tziminadis. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ROSA, Hartmut. *Alienação e aceleração – por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna*. Trad. Fábio Roberto Lucas. Petrópolis: Vozes, 2022.
- SANTOS, Vinícius dos. *O indivíduo abstrato – subjetividade e estranhamento em Marx. Breve ensaio de filosofia marxista*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.
- SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique (précédé de Questions de méthode) – tome I: théorie des ensembles pratiques*. Paris: Gallimard, 1985.
- SARTRE, Jean-Paul. *L'Être et le Néant – essai d'ontologie phénoménologique*. Édition corrigée avec index par Arlette Elkaïm-Sartre. Collection Tel. Paris: Gallimard, 2007.
- SILVA, Hélio Alexandre da et al. (org.). *Experiências sociais negativas – um conceito de filosofia social*. Salvador: EDUFBA, 2024.
- TEIXEIRA, José A. Carvalho. Problemas psicopatológicos contemporâneos – uma perspectiva existencial. In: *Análise Psicológica*, vol. 24, p. 405-23, 2006.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Vinícius dos Santos. viniciusdossantos@ufba.br